

Artigo de Reflexão / Artículo de Reflexión

Por Que e Para Quem Publicamos? Implicações Para a Prática e Uso Social Do Conhecimento Científico

Mary Sandra Carlotto^{1*} & Sheila Gonçalves Câmara²,

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil, ² Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto

Alegre, RS, Brasil

*Correspondência / Correspondence: mscarlotto@gmail.com

Informações Artigo	RESUMO
Recebido: 31-VII-2026 Aceito: 1-IX-2026 Palavras-Chave: Implicações para a Prática, Psicologia Ocupacional, Pesquisa Aplicada, Uso Social do Conhecimento, Comunicação Científica	Este ensaio discute o papel das implicações para a prática na pesquisa científica em campos aplicados, com ênfase na Psicologia Ocupacional e na Psicologia Organizacional e do Trabalho, áreas nas quais a produção de conhecimento busca subsidiar intervenções, políticas e práticas voltadas à promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho. Parte-se do pressuposto de que o rigor teórico e metodológico, embora essencial, não garante, por si só, o uso social do conhecimento científico. Argumenta-se que a forma como os resultados são comunicados, particularmente por meio da seção de implicações para a prática, desempenha um papel central na mediação da relação entre evidência e ação. Com base na literatura, o estudo examina limitações recorrentes dessa seção, incluindo superficialidade, ausência de contextualização e recomendações excessivamente prescritivas. Discute-se, ainda, a tensão entre rigor científico, relevância social e responsabilidade interpretativa, considerando a influência das condições institucionais e socioculturais na apropriação do conhecimento. Como contribuição, o ensaio propõe um conjunto de dimensões analíticas para orientar a elaboração de implicações para a prática, enfatizando ancoragem empírica, contextualização e explicitação dos limites de aplicação.
Keywords: Practical Implications, Occupational Psychology, Applied Research, Social Use of Scientific Knowledge, Scientific Communication	Why and for Whom Do We Publish? Practical Implications and the Social Use of Scientific Knowledge ABSTRACT This essay discusses the role of practical implications in scientific research within applied fields, with a particular focus on Occupational Psychology and Industrial and Organizational Psychology, where knowledge production seeks to inform interventions, policies, and professional practices aimed at promoting health, well-being, and quality of working life. It is grounded in the assumption that, although theoretical and methodological rigor is essential, it does not, by itself, ensure the social use of scientific knowledge. The essay argues that the way research findings are communicated—particularly through the practical implications section—plays a central role in mediating the relationship between evidence and action. Drawing on the literature, it examines recurring limitations of this section, including superficiality, lack of contextualization, and overly prescriptive recommendations. It also discusses the tension between scientific rigor, social relevance, and interpretive responsibility, considering the influence of institutional and sociocultural conditions on the appropriation and use of scientific knowledge. As a contribution, the essay proposes a set of analytical dimensions to guide the development of practical implications, emphasizing empirical grounding, contextualization, and the explicit recognition of the limits of application.
Citar como:	Carlotto, M.S. & Câmara, S.G. (2026). Por que e para quem publicamos? Implicações para a prática e uso social do conhecimento científico. <i>Revista Interamericana de Psicología Ocupacional</i> , 41(1), 21-29. https://doi.org/10.71332/qx7phx47

Introdução

A Psicologia Ocupacional constitui um campo aplicado dedicado à compreensão e à promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho, produzindo conhecimentos destinados a orientar intervenções, políticas e práticas profissionais voltadas à melhoria das condições laborais (Quick & Tetrick, 2010; Schaufeli, 2004). Nessa perspectiva, o impacto da pesquisa não depende apenas de seu rigor teórico e metodológico, mas também da capacidade de seus resultados serem traduzidos em informações úteis para profissionais, gestores e organizações.

Em campos científicos de natureza aplicada, a pergunta sobre o papel social da ciência atravessa tanto o fazer da pesquisa quanto a comunicação de seus resultados. Produzir explicações teoricamente consistentes e metodologicamente rigorosas continua sendo um dos critérios centrais de qualidade científica (APA, 2020; Van de Ven, 2007); entretanto, esse rigor, por si só, não garante que o conhecimento produzido seja efetivamente utilizado fora do contexto acadêmico (Paauwe & Van de Voorde, 2025; Van de Ven, 2007).

Evidências recentes reforçam que a utilização do conhecimento científico em contextos reais permanece um desafio, uma vez que sua tradução depende de processos não lineares, envolvendo múltiplos atores, contextos e mecanismos de mediação, bem como de processos de adaptação e interação entre sistemas organizacionais (Greenhalgh et al., 2024; World Health Organization [WHO], 2021). Nesse sentido, a discussão sobre implicações para a prática envolve também o modo como o conhecimento científico é apropriado, interpretado e utilizado em contextos sociais concretos, sendo atravessada por relações de poder, desigualdades e condições institucionais.

Esse desafio tem sido amplamente discutido na literatura internacional sobre knowledge translation e implementation science, que enfatiza a natureza não linear e contextual da apropriação e circulação social do conhecimento científico em contextos aplicados (Greenhalgh et al., 2024; Nilsen, 2015). Entre resultados e ação, entre evidência e prática, abre-se um espaço interpretativo que precisa ser ocupado, e é justamente nesse espaço que a seção “Implicações para a prática” ganha sentido e necessita de maior visibilidade. Esse espaço não corresponde a uma etapa neutra entre produção e uso do conhecimento, mas a um campo interpretativo no qual se definem os sentidos, os limites e as possibilidades de sua aplicação em diferentes contextos sociais e institucionais (Van de Ven, 2007).

Nesse contexto, torna-se necessário explicitar de forma mais sistemática o papel dessa seção na produção científica. Mais especificamente, cabe indagar: como as implicações para a prática têm sido tratadas na literatura em POT e áreas afins? Quais são as principais limitações observadas na forma como são apresentadas nos artigos científicos? E, sobretudo, como essa seção pode ser qualificada de modo a fortalecer a articulação entre evidência, decisão e ação em contextos reais?

Essa discussão assume especial relevância na Psicologia Ocupacional, uma vez que grande parte da produção científica da área busca subsidiar intervenções destinadas à prevenção de riscos psicossociais, à promoção da saúde ocupacional e ao desenvolvimento de ambientes de trabalho mais saudáveis (Quick & Tetrick, 2010; Schaufeli, 2004). Quando as implicações para a prática são apresentadas de forma superficial ou desconectada dos resultados, reduz-se o potencial de utilização das evidências por psicólogos ocupacionais, profissionais de saúde do trabalhador, gestores e organizações. Essa preocupação permanece atual e tem sido reafirmada na literatura recente, que destaca que temas como riscos psicossociais, saúde mental, burnout, ergonomia, liderança, trabalho remoto e bem-estar ocupacional compartilham um desafio comum: transformar evidências científicas em recomendações úteis para profissionais, gestores e organizações (Fushimi, 2025). Exemplos recentes na própria literatura da área evidenciam essa preocupação ao traduzir resultados científicos em recomendações para a gestão do bem-estar no trabalho, reforçando que a utilidade social da pesquisa depende também da forma como suas implicações são apresentadas (Cheung, 2024).

Essas questões são particularmente sensíveis em campos como a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), que tem sido desafiada por profundas transformações nas formas de organização do trabalho, na digitalização e na incorporação de novas tecnologias, incluindo a inteligência artificial (Andújar Rojas, 2025), mas não se restringem a ela, atravessando diferentes áreas que se propõem a intervir sobre problemas sociais concretos (Bartunek & Rynes, 2014; Van de Ven, 2007).

Diante disso, este artigo contribui ao sintetizar como as implicações para a prática têm sido abordadas na pesquisa aplicada, identificar limitações recorrentes que comprometem sua utilidade para contextos de atuação profissional e institucional e avançar um conjunto de critérios teoricamente fundamentados para orientar o desenvolvimento de implicações práticas mais robustas e sensíveis ao contexto. Ao

abordar essas questões, o artigo dialoga não apenas com a POT, mas também com debates mais amplos em psicologia aplicada e sobre a relação entre produção científica, prática profissional e uso social do conhecimento. Para tanto, propõe-se um conjunto de dimensões analíticas para refletir sobre a elaboração de implicações para a prática, com foco na produção de recomendações empiricamente fundamentadas e sensíveis às condições socioculturais e institucionais dos diferentes cenários de atuação. Ao fazê-lo, o artigo assume que a comunicação dos resultados integra a própria produção do conhecimento aplicado e influencia suas possibilidades de uso social, em diálogo com perspectivas da Psicologia Social do Trabalho que compreendem a produção do conhecimento como processo historicamente situado e articulado às problemáticas concretas do trabalho (Sato et al., 2024)

Implicações para a Prática na Pesquisa Científica

Para avançar nessas questões, manuais de publicação e diretrizes editoriais têm reiterado a importância de discutir explicitamente as aplicações potenciais dos achados científicos. O Manual de Publicação da Associação Americana de Psicologia (APA, 2020), referência transversal para diferentes campos da Psicologia, recomenda que a discussão dos resultados inclua considerações claras sobre implicações práticas, profissionais, sociais e, quando pertinente, políticas, e sinalize os limites dessas aplicações. Ao fazê-lo, a APA não propõe a prescrição de soluções universais, mas a explicitação responsável do alcance do conhecimento produzido. Essa orientação desloca o foco da prescrição para a explicitação, sugerindo que o valor das implicações práticas reside menos em oferecer respostas prontas e mais em tornar visíveis as condições de sua aplicabilidade.

Mesmo com essas orientações, a literatura tem mostrado que as implicações para a prática permanecem frequentemente ausentes, superficiais ou pouco fundamentadas empiricamente nos artigos científicos, limitando sua utilidade para públicos não acadêmicos e contextos de aplicação (Dello Russo et al., 2023; Kougiannou & Ridgway, 2022). De modo geral, é possível identificar ao menos dois formatos predominantes de apresentação dessas implicações. O primeiro corresponde a uma abordagem prescritiva, caracterizada pela proposição de recomendações diretas e, por vezes, generalizantes, nem sempre suficientemente ancoradas nos dados empíricos (Kougiannou & Ridgway, 2022; Rousseau, 2006). O segundo envolve uma abordagem mais informativa, na qual os autores procuram explicitar possíveis usos dos

achados, destacando condições, limites e contextos de aplicação, sem assumir caráter normativo (Dello Russo et al., 2023). Essa tensão sugere que o problema não está apenas no conteúdo das recomendações, mas na forma como se constrói a relação entre evidência e ação.

Essa distinção, embora útil do ponto de vista analítico, revela também uma limitação recorrente na literatura. É a dificuldade de articular, de forma equilibrada, recomendações que sejam simultaneamente fundamentadas empiricamente e sensíveis às condições concretas de aplicação, sem incorrer em prescrições simplificadoras ou em formulações excessivamente genéricas.

Limitações na Construção das Implicações para a Prática

Na Psicologia Ocupacional, essa limitação torna-se particularmente relevante porque a utilização do conhecimento científico frequentemente subsidia programas de prevenção, promoção da saúde mental no trabalho e gestão de riscos psicossociais. A ausência de implicações claramente fundamentadas dificulta a tradução das evidências em intervenções efetivas e contextualizadas (Quick & Tetrick, 2010; Schaufeli, 2004).

Além dessa distinção, estudos têm apontado problemas recorrentes na forma como essa seção é construída. Entre eles, destacam-se a superficialidade na discussão das aplicações, a ausência completa de implicações práticas em parte dos artigos e, em alguns casos, a apresentação de recomendações desconectadas dos resultados obtidos (Banks et al., 2016; Van de Ven, 2007). Tais limitações reduzem a clareza sobre como o conhecimento produzido pode ser mobilizado em contextos reais, dificultando sua apropriação por profissionais, gestores e formuladores de políticas e restringindo sua circulação em práticas sociais e institucionais concretas (Bartunek & Rynes, 2014).

Mais do que uma limitação de forma, trata-se de uma limitação de natureza epistemológica, na medida em que a ausência de explicitação das implicações restringe o próprio alcance interpretativo dos achados e reduz sua capacidade de dialogar com contextos de aplicação. Nesse sentido, a ausência de implicações não é neutra, mas redefine os próprios contornos do que é considerado conhecimento útil.

Evidências empíricas indicam que a maneira como as implicações para a prática são apresentadas influencia diretamente o potencial de impacto da

pesquisa. Trabalhos que explicitam de maneira clara os vínculos entre resultados, contexto e possíveis aplicações tendem a ser mais acessíveis e úteis para públicos não acadêmicos, ampliando sua capacidade de apoiar decisões e práticas em contextos sociais e de trabalho (Paauwe & Van De Voorde, 2025; Van de Ven, 2007).

Nesse cenário, tem ganhado destaque a discussão sobre a necessidade de produzir conhecimento não apenas rigoroso, mas também socialmente relevante, capaz de dialogar com práticas profissionais, contextos institucionais e demandas sociais concretas, reconhecendo a natureza contextual, relacional e não linear dos processos de mobilização e utilização do conhecimento científico (Greenhalgh et al., 2024). Quando essas conexões não são explicitadas, o uso do conhecimento científico torna-se mais dependente da interpretação do leitor, o que pode limitar sua efetiva aplicação (Kougiannou & Ridgway, 2022).

Em contextos nacionais marcados por especificidades históricas, sociais, institucionais e regulatórias, a transposição direta de evidências produzidas em outros países pode ser inadequada ou mesmo contraproducente (Johns, 2006; Paauwe & Van De Voorde, 2025; Van de Ven, 2007). Nesse sentido, discutir implicações para a prática requer o reconhecimento das condições locais de trabalho, dos marcos normativos (como legislações trabalhistas, regulamentações profissionais e políticas organizacionais), das desigualdades estruturais (por exemplo, assimetrias de acesso a recursos, tecnologias, formação profissional e oportunidades de desenvolvimento) e das diferentes formas de organização do trabalho presentes em distintos contextos sociais e institucionais. Isso inclui considerar, por exemplo, condições de precarização laboral, intensificação do trabalho, vínculos empregatícios instáveis, sobrecarga ocupacional, limitações de infraestrutura, escassez de equipes e recursos institucionais, bem como diferenças entre organizações públicas e privadas, grandes centros urbanos e contextos periféricos ou rurais.

Além disso, é necessário considerar os arranjos institucionais que delimitam as possibilidades concretas de aplicação do conhecimento científico, bem como as formas de sua apropriação e uso por diferentes atores sociais. A mobilização do conhecimento científico depende de condições materiais, institucionais e políticas desigualmente distribuídas entre organizações e contextos sociais. Assim, mesmo evidências consideradas robustas podem encontrar barreiras concretas à sua implementação e circulação em cenários marcados por

precarização, restrições de recursos e assimetrias de poder (Druck, 2011; Paauwe & Van De Voorde, 2025).

Essa discussão articula-se a uma concepção ampliada do papel social da ciência, na qual o valor da produção acadêmica não se restringe à contribuição teórica ou ao avanço metodológico, mas inclui sua capacidade de dialogar com práticas profissionais, contextos institucionais e demandas sociais concretas (Greenhalgh et al., 2024; Van de Ven, 2007). Quando as implicações práticas são omitidas ou tratadas de forma superficial, parte desse potencial de impacto permanece invisível, não pela irrelevância dos achados, mas pela ausência de mediação interpretativa entre resultados e ação.

Apesar dos avanços na discussão sobre o impacto da pesquisa aplicada, estudos têm destacado a persistência de desafios na tradução do conhecimento científico em práticas efetivas, especialmente no que se refere à elaboração de recomendações contextualizadas, à comunicação de implicações para a prática e à mobilização do conhecimento em contextos organizacionais e sociais diversos (Dello Russo et al., 2023; Kougiannou & Ridgway, 2022; Paauwe & Van De Voorde, 2025). Nesse sentido, a literatura sobre *knowledge translation* (tradução do conhecimento) e implementação enfatiza que a utilização do conhecimento científico não ocorre de forma linear, mas envolve processos de síntese, disseminação, adaptação e aplicação da evidência, além de depender de dinâmicas interpretativas, contextuais e interativas entre diferentes atores e níveis de análise (Greenhalgh et al., 2017; Nilsen, 2015).

Estudos recentes têm destacado que a aproximação entre pesquisa e prática depende da construção de relações colaborativas e sustentadas entre pesquisadores, profissionais e instituições, perspectiva que tem sido reafirmada na literatura contemporânea da Psicologia Organizacional e do Trabalho como um dos caminhos mais promissores para fortalecer a relevância social da pesquisa e reduzir o research-practice gap (Schlicht-Schmälzle et al., 2024; Voss et al., 2025). Nessa perspectiva, as chamadas research-practice partnerships favorecem processos de co-construção do conhecimento mais sensíveis às condições institucionais e às especificidades dos diferentes contextos sociais, ampliando as possibilidades de apropriação e uso da evidência científica (Schlicht-Schmälzle et al., 2024).

No campo da gestão e das ciências organizacionais, esse debate tem sido renovado por

discussões críticas sobre a relação entre rigor acadêmico e relevância prática (Kieser et al., 2015; Paauwe & Van De Voorde, 2025). Argumenta-se que a produção científica tende a privilegiar contribuições teóricas e metodológicas em detrimento da aplicabilidade, o que pode limitar sua utilidade para práticas de atuação e intervenção em contextos sociais e organizacionais. Nesse cenário, a maneira como as implicações para a prática são formuladas torna-se um elemento central na mediação entre evidência e ação, contribuindo para reduzir — ou, em alguns casos, reforçar — a distância entre pesquisa e contextos de atuação.

Tensões na Articulação entre Evidência e Prática

O debate sobre a lacuna entre pesquisa e prática (*research-practice gap*) oferece um quadro interpretativo relevante para compreender as dificuldades na utilização do conhecimento científico em contextos aplicados. Essa distância não decorre apenas de resistências dos profissionais ou de barreiras de acesso à produção acadêmica, mas também da forma como os resultados são produzidos e comunicados nos próprios artigos científicos (Paauwe & Van De Voorde, 2025). Bertram e Carey (2026) problematizam a própria formulação da chamada “lacuna entre pesquisa e prática”, argumentando que essa narrativa pode reforçar uma visão assimétrica na qual o conhecimento legítimo seria produzido apenas no contexto acadêmico, enquanto aos profissionais caberia predominantemente sua aplicação. Ao não explicitar de maneira clara como os achados podem ser interpretados e contextualizados, os pesquisadores transferem ao leitor a responsabilidade de inferir possíveis aplicações e sentidos de uso, o que tende a limitar a circulação e a apropriação social do conhecimento produzido.

Paradoxalmente, esforços para reduzir essa lacuna podem gerar um movimento oposto, no qual a seção de implicações para a prática assume um caráter excessivamente normativo, com recomendações generalizantes e pouco ancoradas nas evidências. Em alguns casos, recomendações formuladas sem atenção às condições concretas de trabalho podem inclusive reforçar processos de individualização dos problemas ocupacionais e de culpabilização dos trabalhadores, deslocando para os indivíduos responsabilidades associadas a fatores organizacionais e estruturais. Esse processo torna-se particularmente problemático no campo da saúde ocupacional, pois pode contribuir para a psicologização do sofrimento relacionado ao trabalho, obscurecendo fatores organizacionais, condições laborais adversas e desigualdades

estruturais que participam da produção do adoecimento ocupacional.

Essa tensão evidencia um dilema central entre produzir recomendações úteis para contextos aplicados e evitar prescrições simplificadoras ou descontextualizadas, colocando em questão o equilíbrio entre rigor científico, relevância social e responsabilidade interpretativa. Esse dilema não se resolve pela priorização de uma dimensão em detrimento da outra, mas pela construção de formas de comunicação científica que explicitem os limites, condições e contextos nos quais o conhecimento pode ser interpretado, apropriado e mobilizado.

Há, ainda, uma tensão adicional associada à valorização da inovação teórica e da sofisticação metodológica na produção científica contemporânea. Embora fundamentais para o avanço do conhecimento, esses elementos podem ampliar o distanciamento em relação à prática quando seus limites e condições de aplicação permanecem implícitos. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando resultados obtidos em contextos organizacionais altamente estruturados são apresentados como amplamente aplicáveis sem explicitação de limites contextuais, ou quando recomendações voltadas à promoção de bem-estar no trabalho desconsideram condições concretas como sobrecarga ocupacional, precarização laboral ou escassez de recursos institucionais. Essas pontes não são automáticas, mas construídas discursivamente, o que reforça o papel da escrita científica como mediadora entre conhecimento e prática. Nesse contexto, explicitar limites, condições de aplicação e níveis de generalização torna-se parte integrante da responsabilidade científica.

A relevância prática e a novidade científica não são dimensões antagônicas, mas exigem decisões deliberadas sobre o que explicitar, problematizar e contextualizar na apresentação dos resultados (Rolwes et al., 2025). As diretrizes da APA (2020), ao enfatizarem clareza, proporcionalidade e responsabilidade na discussão das implicações, oferecem um referencial importante para lidar com essas tensões sem comprometer o rigor científico.

Talvez, então, a seção “Implicações para a prática” possa ser pensada menos como um requisito formal e mais como uma escolha epistemológica e ética. Epistemológica, porque reconhece que o significado do conhecimento científico emerge também de suas possibilidades de uso. Ética, porque implica assumir responsabilidade pelos modos como os resultados podem orientar práticas profissionais, intervenções institucionais e formas de compreender e

intervir sobre problemas sociais concretos. Ao convidar autores a refletirem sobre aplicações, limites e consequências de seus achados, essa seção contribui para uma ciência mais transparente, reflexiva e socialmente responsável.

No campo da POT, entre outros domínios da psicologia aplicada, reconhecer a centralidade desse espaço discursivo pode representar um passo importante para fortalecer o diálogo entre pesquisa e prática, sem abrir mão do rigor que caracteriza o campo. Mais do que oferecer respostas prontas, trata-se de explicitar perguntas relevantes: para quem esses resultados importam, em que contextos podem ser mobilizados e com quais cuidados. Nesse sentido, as recomendações da APA não apenas orientam a forma do texto científico, mas reforçam um compromisso mais amplo com a qualidade, a responsabilidade e a utilidade do conhecimento produzido.

Qualificação das Implicações para a Prática

Diante das limitações e tensões identificadas na literatura, torna-se necessário avançar para uma abordagem mais estruturada que permita qualificar, de forma sistemática, a elaboração das implicações para a prática. Embora diretrizes editoriais e manuais de publicação enfatizem a importância dessa seção, evidências indicam que sua construção permanece frequentemente superficial, inconsistente ou excessivamente prescritiva (Dello Russo et al., 2023; Van de Ven, 2007). Nesse contexto, argumenta-se que o desafio não reside apenas na inclusão de recomendações, mas na forma como se estabelece a relação entre evidência, interpretação e ação.

Com base nessas lacunas, propõe-se que a seção de implicações para a prática seja compreendida não como um apêndice descritivo dos resultados, mas como um espaço de mediação interpretativa entre evidência e ação, em consonância com perspectivas que destacam a natureza não linear da utilização do conhecimento científico (Greenhalgh et al., 2024; World Health Organization [WHO], 2021). Especificamente, sustenta-se que a construção de implicações práticas envolve três níveis analiticamente distintos, porém interdependentes: evidência, interpretação e ação.

O primeiro nível refere-se aos achados empíricos propriamente ditos, incluindo sua robustez metodológica, magnitude de efeitos e limites inferenciais, conforme destacado por diretrizes de reporte científico (APA, 2020). Na Psicologia Organizacional e do Trabalho, isso pode envolver, por exemplo, a identificação de associações entre práticas

de gestão participativa e maiores níveis de engajamento e comprometimento organizacional entre trabalhadores. O segundo nível corresponde ao processo interpretativo, no qual os resultados são contextualizados, qualificados e traduzidos em possibilidades de uso, considerando condições institucionais, sociais e organizacionais (Johns, 2006). Nesse caso, interpretar os resultados implica reconhecer fatores como cultura organizacional, estilos de liderança, disponibilidade de recursos, características das equipes e condições concretas de trabalho que podem favorecer ou limitar a participação dos trabalhadores nos processos decisórios. O terceiro nível envolve a articulação dessas interpretações em orientações que possam informar práticas e decisões em contextos reais, buscando fortalecer a relevância social do conhecimento produzido (Greenhalgh et al., 2024). Isso pode incluir, por exemplo, recomendações voltadas à criação de espaços participativos de diálogo, revisão de práticas de gestão e fortalecimento de condições organizacionais que favoreçam maior autonomia e participação no trabalho, evitando generalizações descontextualizadas sobre modelos de gestão considerados bem-sucedidos em realidades institucionais específicas.

Esse modelo permite explicitar que a passagem da evidência à ação não é direta nem automática, mas mediada por processos interpretativos que envolvem julgamentos sobre validade, contexto e aplicabilidade. Nesse sentido, as implicações para a prática deixam de ser compreendidas como recomendações derivadas linearmente dos dados e passam a ser concebidas como construções situadas, dependentes de decisões epistemológicas e comunicacionais por parte dos pesquisadores (Rousseau, 2006; Paauwe & Van De Voorde, 2025).

A partir desse enquadramento, a qualificação das implicações para a prática pode ser orientada por dimensões que favoreçam maior consistência entre resultados, interpretação e possibilidades de aplicação. Essas dimensões não constituem etapas sequenciais, mas elementos interdependentes que contribuem para a consistência e a utilidade do conhecimento produzido.

Em primeiro lugar, a ancoragem empírica refere-se à necessidade de explicitar de que maneira os achados sustentam as interpretações e aplicações propostas, evitando a formulação de recomendações desvinculadas dos dados (APA, 2020; Dello Russo et al., 2023). Em segundo lugar, a delimitação de públicos e níveis de atuação implica identificar claramente para quem e em que contextos as implicações são relevantes, como profissionais,

gestores, organizações ou formuladores de políticas, reduzindo generalizações indevidas (Bartunek & Rynes, 2014; Van de Ven, 2007).

Em terceiro lugar, o reconhecimento das condições e limites de aplicação envolve explicitar os contextos nos quais os achados podem — ou não — ser mobilizados, considerando especificidades organizacionais, institucionais e socioculturais (Paauwe & Van De Voorde, 2025; Van de Ven, 2007). Em quarto lugar, a consideração de trade-offs, riscos e efeitos não intencionais amplia a responsabilidade científica ao reconhecer que a aplicação do conhecimento pode produzir consequências distintas, dependendo das condições de implementação (Banks et al., 2016; Dello Russo et al., 2023).

Em quinto lugar, a centralidade do contexto atravessa todo o processo, ao evidenciar que tanto a interpretação quanto a aplicação dos achados dependem de condições sociais e organizacionais específicas (Johns, 2006; Rolwes et al., 2025). Por fim, a ênfase em orientações que informem decisões, sem prescrever soluções universais, reforça a natureza não normativa das implicações para a prática, alinhando-se a uma perspectiva que busca apoiar, e não substituir, o julgamento dos atores envolvidos (Kougiannou & Ridgway, 2022; Rousseau, 2006).

Ao articular essas dimensões, propõe-se deslocar a seção de implicações para a prática de um espaço periférico para um componente central da argumentação científica. Mais do que apresentar recomendações, trata-se de explicitar as condições sob as quais o conhecimento produzido pode ser interpretado e mobilizado, contribuindo para uma ciência aplicada que seja simultaneamente rigorosa, contextualizada e socialmente relevante.

Considerações Finais

Ao reforçar a centralidade das implicações para a prática, a proposta deste ensaio não é normatizar a escrita científica nem reduzir a complexidade dos fenômenos investigados, mas explicitar o papel dessa seção como elemento constitutivo da qualidade da pesquisa em campos aplicados. Ao longo do texto, argumentou-se que a lacuna entre evidência e ação não decorre exclusivamente de resistências externas à academia, mas também de escolhas internas à própria produção científica, particularmente no modo como os resultados são comunicados, contextualizados e interpretados.

Nesse sentido, a sistematização proposta, ao organizar critérios para a elaboração de implicações

para a prática, busca oferecer um referencial que auxilie autores a qualificar suas contribuições, favorecendo a articulação entre evidência, contexto e decisão. Trata-se de fortalecer uma escrita científica que seja, ao mesmo tempo, rigorosa e socialmente comprometida, capaz de sustentar inferências responsáveis e de reconhecer explicitamente os limites, mediações institucionais e condições socioculturais de aplicação dos achados.

Além disso, em contextos marcados por desigualdades estruturais e diversidade de arranjos institucionais, a atenção às condições locais de aplicação torna-se ainda mais necessária. Ignorar essas especificidades pode não apenas comprometer a utilidade do conhecimento produzido, mas também reforçar assimetrias na circulação e no uso da evidência científica.

Ao propor um conjunto de princípios orientadores para a elaboração de implicações para a prática, este ensaio contribui para o avanço do debate sobre o papel social da ciência aplicada, oferecendo subsídios para que pesquisadores comuniquem seus resultados de forma mais clara, responsável e orientada à ação. Esse movimento implica reconhecer que a produção de conhecimento aplicado envolve, necessariamente, decisões sobre como esse conhecimento será compreendido e utilizado. Nesse sentido, qualificar as implicações para a prática requer também compreender o conhecimento científico como construção social, cujo valor se produz nas formas pelas quais é apropriado e mobilizado em contextos concretos. A própria escrita científica deixa de ser compreendida apenas como um meio neutro de comunicação de resultados e passa a ser reconhecida como prática social e política, implicada na definição dos modos pelos quais determinados problemas, sujeitos e possibilidades de intervenção tornam-se visíveis ou invisíveis. Tal compreensão aproxima-se de tradições da Psicologia Social do Trabalho que entendem pesquisa, formação e intervenção como processos inseparáveis e socialmente implicados (Dias et al., 2023). Nessa direção, a pesquisa em psicologia aplicada — incluindo a Psicologia Organizacional e do Trabalho — avança não apenas em rigor e sofisticação, mas também em relevância social e na capacidade de dialogar com práticas profissionais e contextos institucionais concretos, ao tornar explícitas as condições sob as quais os resultados podem ser interpretados e mobilizados em diferentes contextos. Esse movimento contribui para a construção de práticas mais informadas, contextualizadas e socialmente responsáveis.

Na Psicologia Ocupacional, fortalecer a elaboração das implicações para a prática significa reconhecer que a relevância da pesquisa não se esgota na produção de evidências robustas, mas depende também da forma como essas evidências são comunicadas, contextualizadas e apropriadas por diferentes atores sociais. Em um cenário de rápidas transformações nas formas de trabalho, digitalização, inteligência artificial e novos riscos psicossociais, qualificar essa seção contribui para aproximar ciência e prática, favorecendo decisões mais informadas e ampliando o uso social do conhecimento científico em benefício de trabalhadores, organizações e formuladores de políticas públicas.

Referências

- American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7th ed.). <https://doi.org/10.1037/0000165-000>
- Banks, G. C., Rogelberg, S. G., Woznyj, H. M., Landis, R. S., & Rupp, D. E. (2016). Evidence on questionable research practices: The good, the bad, and the ugly. *Journal of Business and Psychology*, 31(3), 323–338. <https://doi.org/10.1007/s10869-016-9456-7>
- Bartunek, J. M., & Rynes, S. L. (2014). Academics and practitioners are alike and unlike: The paradoxes of academic–practitioner relationships. *Journal of Management*, 40(5), 1181–1201. <https://doi.org/10.1177/0149206314529160>
- Bertram, R., & Carey, T. A. (2026). *Addressing the research-practice gap: Unraveling the implementation science implementation practice conundrum*. Global Implementation Research and Applications. Advance online publication.
- Cheung, V. K. L. (2024). Practical considerations of workplace wellbeing management under post-pandemic work-from-home conditions. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 21(7), Article 924. <https://doi.org/10.3390/ijerph21070924>
- Dello Russo, S., Mirfakhar, A. S., & Miraglia, M. (2023). What is the narrative for practice? A review of recommendations on feedback and a guide to writing impactful practical implications. *Applied Psychology*, 72(4), 1624–1652. <https://doi.org/10.1111/apps.12450>
- Dias, L. G., & Amador, F. S. (2023). Trabalho, formação e política em debate na pesquisa-intervenção em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Porto Alegre (RS). *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 26, e-193406. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2023.193406>
- Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, 24(spe1), 37–57. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>
- Fushimi, M. (2025). Work psychology and occupational health: An editorial. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 22(1), 100. <https://doi.org/10.3390/ijerph22010100>
- Greenhalgh, T., Wherton, J., Papoutsis, C., Lynch, J., Hughes, G., A’Court, C., Hinder, S., Fahy, N., Procter, R., & Shaw, S. (2017). Beyond adoption: A new framework for theorizing and evaluating nonadoption, abandonment, and challenges to the scale-up, spread, and sustainability of health and care technologies. *Journal of Medical Internet Research*, 19(11), e367. <https://doi.org/10.2196/jmir.8775>
- Greenhalgh, T., Papoutsis, C., & Shaw, S. (2024). Spreading and scaling up innovation and improvement. *BMJ*, 384, e075537. <https://doi.org/10.1136/bmj-2023-075537>
- Johns, G. (2006). The essential impact of context on organizational behavior. *Academy of Management Review*, 31(2), 386–408. <https://doi.org/10.5465/amr.2006.20208687>
- Kieser, A., Nicolai, A., & Seidl, D. (2015). The practical relevance of management research: Turning the debate on relevance into a rigorous scientific research program. *Academy of Management Annals*, 9(1), 143–233. <https://doi.org/10.5465/19416520.2015.1011853>
- Kougiannou, N. K., & Ridgway, M. (2022). How is human resource management research (not) helping practice? In defence of practical implications. *Human Resource Management Journal*, 32(2), 470–484. <https://doi.org/10.1111/1748-8583.12414>
- Nilsen, P. (2015). Making sense of implementation theories, models and frameworks. *Implementation Science*, 10(1), 53. <https://doi.org/10.1186/s13012-015-0242-0>
- Pauwe, J., & Van De Voorde, K. (2025). Bridging the research–practice gap in modern human resource management. *Human Resource Management Review*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2025.101076>
- Quick, J. C., & Tetrick, L. E. (Eds.). (2010). *Handbook of occupational health psychology* (2nd ed.). American Psychological Association.

- Rolwes, P., Martín-Raugh, M. P., Smith, K., & Gallegos, E. (2025). The paradox of research novelty: Balancing innovation with practical impact in industrial and organizational psychology. *Industrial and Organizational Psychology: Perspectives on Science and Practice*, 18(2), 206–210. <https://doi.org/10.1017/iop.2025.9>
- Rousseau, D. M. (2006). Is there such a thing as “evidence-based management”? *Academy of Management Review*, 31(2), 256–269. <https://doi.org/10.5465/amr.2006.20208679>
- Sato, L., Bernardo, M. H., & Oliveira, F. (2024). Entrevista: O desenvolvimento da psicologia social do trabalho no Brasil a partir da trajetória de Leny Sato. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 27, e-224034. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2024.224034>
- Schaufeli, W. B. (2004). The future of occupational health psychology. *Applied Psychology: An International Review*, 53(4), 502–517. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2004.00184.x>
- Schlicht-Schmälzle, R., Hill, J., Folkvord, K. A., Tharaldsen, K. B., Wargo, J., Hartmann, U., & Révai, N. (2024). *Bridging the research-practice gap in education: Initiatives from 3 OECD countries*. OECD Education Working Papers, 319. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/c0d3f781-en>
- Van de Ven, A. H. (2007). *Engaged scholarship: A guide for organizational and social research*. Oxford University Press.
- Voss, N. M., Stoffregen, S. A., Couture, K. L., DiGirolamo, J. A., Furman, M., Haidar, S., Hammer, L. B., Lee, J., Maneotis, S. M., McCloy, R. A., Olson, R., & Spector, P. E. (2025). Shaping the future of industrial-organizational psychology: The transformative potential of research collaborations. *Industrial and Organizational Psychology*, 18(2), 167–187. <https://doi.org/10.1017/iop.2024.61>
- World Health Organization. (2021). *Evidence, policy, impact: WHO guide for evidence-informed decision-making*. <https://iris.who.int/handle/10665/350994>

Conflito de Interesses: Os/As autores/as declaram não possuir conflitos de interesses associados à publicação.
Financiamento: Esta pesquisa não recebeu financiamento.
